

Concepções sobre deficiência por estudantes de licenciatura em Pedagogia

Resumo: A universidade pública deve propagar ações inclusivas destinadas às pessoas com deficiência. As sociedades atuais têm privilegiado modelos que valorizam a produtividade e a perfeição em detrimento do respeito à diferença. Em diferentes realidades, é comum evidenciar inúmeras conquistas normativas. Todavia, preceitos e ações excludentes são igualmente presentes nas relações e nos discursos sociais, localizando a deficiência estritamente no organismo. Os objetivos deste estudo foram conhecer as concepções sobre deficiência de estudantes de Licenciatura em Pedagogia do campus Guamá da Universidade Federal do Pará, situado em Belém/PA, e fazer um levantamento da formação inicial recebida por estes alunos acerca da educação especial. Foram entrevistados 14 estudantes, sendo dois de cada ano letivo, compreendendo o período eleito entre os anos de 2017 e 2020. As respostas foram organizadas em três eixos temáticos: concepções sobre a deficiência; formação inicial docente; e concepção sobre o preconceito. A análise das entrevistas indicou as seguintes concepções: metafísica, biológica, social e juxtaposta. Com o maior índice de concordância voltado para a concepção biológica. Nota-se que, mesmo dentro do contexto universitário, que é rico em diversidade, alguns discentes ainda estão em processo de elaboração e formação de conceito em relação à deficiência, e muitos ainda atribuem a deficiência somente ao organismo. Os resultados desta pesquisa permitiram reconhecer como um pequeno grupo de estudantes compreende alguns assuntos relevantes, como: a deficiência, a inclusão, o preconceito e formação inicial.

Palavras-chave: concepções; deficiência; formação docente.

Christianne Thatiana Ramos de Souza

Universidade Federal do Pará (UFPA)
ctrsouza@gmail.com

Jayna Suenne Silva da Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)
jaynasuenne@hotmail.com

Conceptions about disability by bachelor's program students in Pedagogy

Abstract: The public university must propagate inclusive actions aimed at people with disabilities. Current societies have privileged models that value productivity and perfection to the detriment of respect for difference. In different realities, it is common to see numerous normative achievements, but excluding precepts and actions are equally present in social relationships and discourses, locating the deficiency strictly in the organism. The objectives of the research were to know the conceptions about the disability of students from a bachelor's program in Pedagogy at the Federal University of Pará, Campus Guamá, located in Belém/PA, and to survey the initial training received by these students about special education. 14 students were interviewed, 2 from each academic year, comprising the period chosen between the years 2017 and 2020. The answers were organized into three thematic axes: conceptions about disability; initial teacher training; and conception about prejudice. The analysis of the interviews indicated the following conceptions: metaphysical, biological, social, and juxtaposed. With the highest rate of agreement focused on physical design. It is noted that even within the university context, which is rich in diversity, some students are still in the process of elaborating and

forming a concept in relation to disability. Many still attribute the disability only to the organism. Through this research, it was possible to learn how a small group of students understands some relevant issues, such as disability, inclusion, prejudice, and initial training.

Keywords: conceptions; deficiency; teacher training.

Concepciones acerca de la discapacidad por los estudiantes de Licenciatura en Pedagogía

Resumen: La universidad pública debe propagar acciones inclusivas dirigidas a las personas con discapacidad. Las sociedades actuales favorecen modelos que valoran la productividad y la perfección en detrimento del respeto a la diferencia. En diferentes realidades es común ver numerosos logros normativos, pero los preceptos y acciones excluyentes están igualmente presentes en las relaciones y discursos sociales, ubicando la discapacidad estrictamente en el cuerpo. Los objetivos de este estudio fueron conocer las concepciones sobre la discapacidad de los estudiantes de la Licenciatura en Pedagogía de la Universidad Federal de Pará, Campus Guamá, ubicada en Belém/PA y hacer un análisis de la formación inicial recibida por estos estudiantes sobre educación especial. Se entrevistó a 14 estudiantes, dos de cada año escolar, comprendiendo el período entre los años del 2017 al 2020. Las respuestas se organizaron en tres ejes temáticos: concepciones sobre la discapacidad; formación inicial de los docentes; y concepciones sobre los prejuicios. El examen de las entrevistas indicó las siguientes concepciones: metafísica, biológica, social y yuxtapuesta. El mayor índice de concordancia se centra en la concepción biológica. Se observa que incluso en el contexto universitario, que es rico en diversidad, algunos estudiantes todavía están en proceso de desarrollo y formación de un concepto en relación con la discapacidad, y muchos todavía atribuyen la discapacidad sólo al cuerpo. A través de esta investigación, fue posible conocer cómo un pequeño grupo de estudiantes entiende algunos temas relevantes, tales como: la discapacidad, la inclusión, los prejuicios y la formación inicial.

Palabras clave: concepciones; discapacidad; formación docente.

Introdução

A maneira como a deficiência é compreendida socialmente relaciona-se diretamente ao modo como a sociedade se relaciona com o sujeito com deficiência, além de ser essencial na constituição da identidade deste sujeito e para sua inserção social. A nossa percepção formada no seio da sociedade orienta nossas ações e interações (sejam estas inclusivas ou não), exercendo, desta forma, impactos diretos na conduta desse sujeito com deficiência. Diniz (2007) argumenta que a concepção da sociedade sobre as pessoas com deficiência interfere nas relações sociais e orienta as ações planejadas e praticadas com esta população. O modo como percebemos o sujeito muitas vezes acarreta efeitos para o seu desenvolvimento.

Há diferentes formas de compreender a deficiência, e destacamos, nesta pesquisa, as perspectivas metafísica, biológica e social. Na concepção metafísica, a deficiência é explicada por meio de aspectos sobrenaturais e religiosos. Quanto a isso, Alves (2017) ressalta que, no período medieval, sob influência do cristianismo vigente, a deficiência era, muitas vezes, vista como um castigo divino – imaginário este que facilita a categorização depreciativa e o estigma do sujeito, colocando-o em uma posição de inferioridade, o que implica diretamente no seu desenvolvimento.

Apesar das origens medievais desse juízo de valor, mesmo na contemporaneidade é possível encontrar ideários sociais que utilizam essa explicação para a deficiência. A concepção biológica é uma compreensão que atribui ao sujeito, de forma unilateral, a responsabilidade pela deficiência que apresenta e considera o indivíduo o principal responsável por sua adaptação à sociedade.

Por isso, para Gesser, Nuernberg e Toneli (2012), ao concentrar todos os prejuízos e limitações provocados pela deficiência somente no organismo, a sociedade como um todo acaba por prejudicar a compreensão do fenômeno também como um produto social e que necessita de ações pontuais para a garantia dos direitos fundamentais dos sujeitos com deficiência.

A concepção social, por sua vez, compreende que o estado de deficiência está ligado ao contexto. Ou seja, uma pessoa com deficiência física, especificamente um cadeirante, por exemplo, pode ter dificuldade de subir uma calçada sozinho; isto é, exercer sua autonomia por falta de rampas de acesso. Cabe à sociedade, por meio de instituições como o Estado, realizar os ajustes necessários que visem garantir o direito de acesso desta pessoa aos diversos espaços. É responsabilidade social diminuir o máximo possível do estigma de inferioridade. Para Diniz (p. 9, 2007),

[a] deficiência não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições a participação social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente

Ao discutir sobre as mudanças de concepções ao longo da história humana, Alves (2017) destaca que as práticas estavam alinhadas com as percepções. Por exemplo, uma compreensão orgânica (biológica) orientou práticas de segregação das pessoas

com deficiência, pois assumia o postulado de que as diferenças deveriam ser “consertadas” de alguma forma. Foi exatamente o que aconteceu com os surdos durante o período em que predominou o Oralismo, entre o final do século XIX até meados do século XX, filosofia educacional que tencionava ensinar a linguagem oral aos surdos e compreendia que dessa forma seria possível reabilitar essas pessoas, já que a surdez era considerada uma patologia. Moreira (2006) destaca que havia fortes crenças de cura ou eliminação da deficiência por meio de técnicas educacionais.

Entender os fenômenos sociais relacionados à inclusão pode auxiliar na percepção da forma como a sociedade identifica o que está sendo excluído, ou ainda em processo de inclusão. Diniz (2007) menciona que a categorização depreciativa e a estigmatização do sujeito causam efeito negativo físico e psicológico. Desta forma, localizar a deficiência no organismo que a apresenta e, consequentemente, esperar que seu portador repare (esta limitação) para se inserir ao meio, acaba sendo um processo assaz prejudicial, visto que atribui ao indivíduo a total responsabilidade de sua condição.

Portanto, se faz necessário estabelecer uma concepção que reconheça o potencial da pessoa com deficiência e que garanta sua inclusão de forma ativa, ou seja, sem tentar impor uma condição de existência que não lhe é viável. Baleotti e Omote (2014) alertam sobre o perigo que recai na amplitude do entendimento do fenômeno, pois o sujeito nessa condição pode apresentar dificuldades para a realização de determinadas atividades, mas não de outras.

A política de inclusão escolar de alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) abrange medidas normativas voltadas para as ações de profissionais que atuam na escola e que estão diretamente envolvidos com a garantia da permanência desses alunos no ambiente escolar. Dentre os vários profissionais, destacamos o professor, que por estar em contato diário com o público-alvo, precisa ter acesso a uma formação inicial que ofereça conhecimentos sobre a deficiência, bem como sobre o desenvolvimento e aprendizagem de pessoas incluídas nesta categoria.

Dessa forma, o professor terá sua prática fundamentada em concepções que valorizem o sujeito com deficiência e que favoreçam o seu desenvolvimento e autonomia. Pletsch (2016) ressalta que ser docente na atualidade é um grande e complexo desafio, visto que, para atender a diversidade de alunos, diariamente lhe são exigidos novos conhecimentos e novas práticas pedagógicas.

De acordo com Gauthier (1998) e Tardif (2002), os saberes docentes são plurais, constituídos de saberes pedagógicos, disciplinares, curriculares e experiências. Por este motivo, se faz necessário investigar sobre a formação docente em relação à educação especial no curso de Pedagogia.

Cada vez mais a instituição escola e os professores são chamados a enfrentar o desafio de atender com qualidade a toda diversidade de alunos. Não basta apenas permitir que os alunos tenham acesso e permaneçam na escola: torna-se fundamental que todos os alunos aprendam. Assim, são necessárias profundas mudanças na organização e funcionamento da escola, na prática pedagógica utilizada e, principalmente, na formação de professores. (POKER; MARTINS; GIROTO, 2016)

Os cursos de formação de professores, especificamente o de Licenciatura em Pedagogia no campo da educação especial, segundo Cartolano (1998), devem proporcionar ao graduando oportunidades para confrontar as questões de ordem teórica em relação à prática. É necessário refletir sobre as metodologias que serão aplicadas nas disciplinas que tratam sobre a educação especial e a inclusão escolar do PAEE ofertadas nos cursos de licenciatura, pois se destacam ações como: pautar a emancipação, efetuar práticas pedagógicas adequadas e estar aberto a novas possibilidades de ensino, etc.; temáticas essas que devem ser adotadas dentro da perspectiva de formação do graduando em Pedagogia, outorgando aos discentes ressignificar seu modo de pensar sobre a diferença e sobre a diversidade, ampliando a concepção de deficiências e observando o indivíduo como um agente participativo na sociedade.

Como dito anteriormente, as Diretrizes Curriculares Nacionais abriram possibilidades para que os cursos de Pedagogia tenham diferentes propostas de formação. Portanto, ensinar uma formação mais adequada aos professores se refere tanto à organização curricular, quanto à prática pedagógica. Isso se faz necessário, pois em muitos casos, não existe uma articulação entre a teoria e a prática. Consequentemente, o maior desafio atual nos cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que desencadeiem novos olhares de compreensão de diferentes realidades e situações complexas de ensino, para que o educador crie metodologias de ensino que lhe propiciem exercer seu cargo de forma cada vez mais satisfatória e proveitosa para todos. Dessa maneira, é imperioso adequar a formação de professores às novas exigências educacionais

e definir um perfil profissional, estabelecendo habilidades e competências necessárias aos professores cômguas à realidade brasileira. (NAUJORKS; NUNES SOBRINHO, 2001)

Identificar, analisar e discutir criticamente o posicionamento de estudantes de graduação sobre enunciados que retratam diferentes concepções relacionadas ao fenômeno de deficiência se configura numa proposição importante e de interesse social, uma vez que os julgamentos que a audiência faz em relação a determinados segmentos populacionais poderão determinar as possibilidades de participação desses sujeitos em distintas esferas sociais.

Diante do modo como a sociedade compreende a deficiência e do modo como trata os sujeitos com deficiência, os questionamentos levantados neste estudo foram: a) De que modo estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia concebem a deficiência?; b) Qual a formação recebida pelos estudantes de Licenciatura em pedagogia acerca da deficiência e sobre a educação especial?; c) A formação inicial que os estudantes de Licenciatura em Pedagogia recebem acerca da educação especial pode colaborar para uma ressignificação dos estigmas e para uma atuação inclusiva dentro da sala de aula?.

Visando responder a estas perguntas, foram propostos os seguintes objetivos para a pesquisa descrita neste artigo: c) Conhecer as concepções sobre deficiência tidas por estudantes de Licenciatura em Pedagogia e; f) Fazer um levantamento da formação inicial recebida acerca da educação especial.

O intuito foi identificar e discutir criticamente o posicionamento de universitários acerca das afirmativas sobre as concepções de deficiência, pois através dessa estratégia, podemos compreender as práticas sociais, buscando debater sobre as possibilidades de modificações e ampliação da formação discente para atuar com alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

Metodologia

A pesquisa aplicada foi de caráter quanti-qualitativa, possuindo traço misto, relacionando as características da pesquisa qualitativa e quantitativa.

Inicialmente, a pesquisa qualitativa não se preocupa com análises numéricas, pois sua verificação ocorre através de levantamento bibliográfico de documentos e textos específicos, a fim

de compreender grupos sociais com suas histórias e organizações, pautando-se na busca por conceitos. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009) Segundo Minayo (2001), esta tipologia de investigação, na qual o investigador baliza seu posicionamento, busca um universo de significados, crenças, valores e etc. o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. Acerca disso, Silveira e Córdova (p. 32, 2009) elencam desta forma as características da pesquisa:

objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Por sua vez, o diagnóstico quantitativo se vale da análise numérica e do levantamento de dados, por meio de técnicas estatísticas para aplicar o rendimento para o estudo, sendo capaz de identificar os dados qualificáveis. Nessa pesquisa, o pesquisador não tem seu próprio posicionamento, ele apenas reproduz dados. Sobre isso, Fonseca (2002, p. 20) assera que:

[diferentemente] da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis.

Isto posto, o objetivo da pesquisa quanti-qualitativa é, através da coleta de dados numéricos, analisá-los e relacioná-los com os textos consultados no levantamento bibliográfico realizado previamente. É isso que, segundo Fonseca (2002), gera uma pesquisa de caráter misto, pois a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia

conseguir isoladamente, não só focalizado em conceitos específicos, mas tentando compreender a totalidade do fenômeno.

O estudo em questão envolveu seres humanos e, por essa razão, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do campus Guamá da Universidade Federal do Pará, para que fosse verificada sua adequação à Resolução 466/2012. (BRASIL, 2012) O número do processo que aprovou o projeto no comitê de ética foi 28648619.0.0000.0018.

Esta pesquisa foi realizada com 14 estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia em uma universidade pública de Belém do Pará. Foram selecionados dois estudantes por ano letivo, compreendendo o período eleito entre os anos de 2017 e 2020, conforme mostra o Quadro 1. Destaca-se que os nomes atribuídos aos participantes são fictícios. O critério de escolha dos participantes era que eles fossem alunos ativos do curso de Licenciatura em Pedagogia tanto dos anos iniciais, quanto dos anos finais, com a intenção de pegar uma amostra de cada ano, desde o primeiro semestre até o último, então quem estivesse dentro desses critérios e aceitasse participar era escolhido.

Quadro 1 – Participantes e o referido semestre cursado

PARTICIPANTES	SEMESTRE
Grazi	1º
Lola	1º
Anne	3º
Victor	3º
Eva	4º
Joaquina	4º
Alex	5º
Maria	5º
Bia	6º
Lais	6º
Carla	7º
Marta	7º
Lais	8º
Jane	8º

Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

O contato com os participantes foi realizado via aplicativo de mensagens instantâneas, devido à situação de distanciamento social, atendendo aos protocolos sanitários em virtude da pandemia de covid-19. Inicialmente, foi explicado o objetivo da entrevista e os participantes foram informados que teriam sua identidade preservada e que poderiam desistir a qualquer momento de participar da pesquisa. Além disso, foi solicitado que eles assinassem o Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), firmando o compromisso de resguardar suas identidades. Deste modo, foram atribuídos nomes fictícios a cada um.

As informações foram coletadas por meio de entrevista estruturada, realizada por áudio, através do aplicativo de mensagens instantâneas e posteriormente transcritas para análise. As respostas foram organizadas em três eixos temáticos: concepções sobre a deficiência; formação inicial docente; e concepção sobre o preconceito. A seguir, serão apresentados os resultados, a partir das análises e discussão de cada eixo.

CONCEPÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA

A partir da análise das respostas dos estudantes, as concepções sobre a deficiência foram caracterizadas como metafísica, biológica, social e concepção justaposta. Inicialmente serão feitas considerações acerca da concepção metafísica.

Apenas um dos 14 participantes expressou em sua resposta características que indicavam uma concepção mais próxima da concepção metafísica. A já mencionada concepção metafísica trata, segundo Freitas (2007, p. 74), a deficiência “como algo que transcende a condição humana, podendo estar atrelada a causas espirituais e/ou religiosas, ou a fatores sobrenaturais, ou seja, que pouco depende da atuação do sujeito”.

A análise do conteúdo das respostas de seis pessoas destacou que sua compreensão acerca da deficiência se aproximou da concepção biológica. Observa-se esta percepção nas respostas a seguir:

Bom, deficiência eu entendo como uma forma de limitação ou de perda total de algum membro físico ou também de alguma coisa relacionada ao intelectual, né?! Digamos mental, cerebral, essas coisas. Ou algum tipo de limitação [...]. **(Alex, 5° eixo)**

É... deficiência pra mim é quando uma pessoa nasce com alguma... entre aspas falta no corpo, ou seja, na mente, mas não é uma doença. Não vejo como uma doença, mas sim como uma falha... entre aspas novamente... no corpo, e... ou então na mente, no seu sistema neurológico, psicomotor, é... eu vejo assim. **(Eva, 4° eixo)**

A concepção biológica de deficiência é aquela focada apenas no aspecto biológico ou nas limitações orgânicas provocadas pela deficiência, como aparece nas respostas de Alex e Eva. Para Oliveira (2004, p. 64), esta concepção (que também pode ser chamada de “individual”) é aquela em que a deficiência está centrada no indivíduo, sendo

interpretada como um atributo inerente ao indivíduo. Pode tomar como referência o desvio de um padrão, de uma média de normalidade ou presença de alguma falha ou limite que levam a um mau funcionamento geral ou em alguns aspectos específicos.

Nessa perspectiva, percebe-se que a deficiência está inteiramente ligada aos aspectos orgânicos. A pessoa é definida como um deficiente e não como uma pessoa que apresenta uma deficiência. Essa concepção exclui o social, atribuindo inteiramente ao sujeito sua limitação, independentemente do contexto em que está inserido e o responsabiliza por sua adaptação na sociedade.

Para Leite e Lacerda (2018), esse viés difunde a representação de incapacidade da pessoa com deficiência em relação às outras pessoas que não apresentam condição semelhante. Figueiró (2007) ressalta que, ao agir desse modo, a sociedade incorre no sério risco de isentar a própria responsabilidade e colabora para o agravamento da deficiência, uma vez que culpa o indivíduo por sua condição.

Foram percebidos traços da concepção social de deficiência nas respostas de três participantes, conforme exemplo a seguir:

E... por deficiência, eu entendo... qualquer tipo de dificuldade que o individuo possa ter. [...]. **(Carla, 7° eixo)**

Carla, ao ver a deficiência como uma perspectiva de dificuldade, se distancia das raízes dos vieses biológico e metafísico. Inferir a deficiência como uma característica cujas dificuldades ou limitações estão vinculadas às perspectivas que o sujeito tem na sua

relação com a sociedade dirige a análise para fatores externos ao organismo. Agora o sujeito não é culpado por sua condição, mas considera-se a influência do ambiente no qual está inserido sobre sua limitação.

Para Diniz (2007, p. 9), a deficiência não é somente uma má-formação que dita restrições à participação plena de um indivíduo, mas um complexo parecer que reconhece o corpo físico lesionado, que, inclusive, denuncia as falhas na estrutura social que oprimem a pessoa deficiente. Já Vygotsky (1997, p. 71), além de apoiar uma concepção de desenvolvimento que se orienta do plano social para o individual, nota a inexistência de “um aspecto onde o biológico possa separar-se do social”.

Por fim, três participantes apresentaram em suas respostas uma justaposição de características das concepções social e biológica. O excerto da resposta de Lola ilustra essa justaposição.

A deficiência pra mim é... uma limitação que a pessoa tem ou que ela nasce ou que ela adquire ao longo do tempo e ela encontra dificuldade em fazer as coisas mais simples, que seriam mais fáceis, e aí ela se vê limitada pra fazer... algum tipo de atividade. (**Lola, 1° eixo**)

Estas respostas, por apresentarem características de duas concepções distintas, foram denominadas de justapostas. Tal nomenclatura advém do processo de compreensão explicado por Vygotsky (1998), ao falar sobre a internalização do conceito real.

Este teórico frisa que o desenvolvimento humano tem por base as relações sociais e ressalta que as aprendizagens que trazemos conosco está interligada desde o nosso primeiro dia de vida. Por conseguinte, aborda as ferramentas psicológicas usadas pelos humanos para organizar os pensamentos, chamadas de signos, que atuam internamente no sujeito, modificando suas funções psíquicas e auxiliando no autocontrole do comportamento e na elaboração do pensamento. Para Vygotsky (1998), toda ferramenta psicológica precisa ser internalizada, e isso acontece através do aprendizado no convívio com outras pessoas.

As funções psicológicas superiores, segundo o autor, são as atividades de associação, planejamento, comparação e formulação de conceitos, tudo isso tem origem nas trocas mútuas sociais. Nessa dinâmica interativa, o indivíduo dá significado às coisas do mundo, constrói seus conhecimentos e se constitui como sujeito.

Dessa forma, nota-se que a elaboração de conceito não ocorre espontaneamente e, sim, de forma influenciável através de um processo histórico, cultural e social. Ou seja, esta construção realiza-se mediante um desenvolvimento ativo e interativo do sujeito com outros sujeitos.

Vygotsky (1998) também fala sobre os conceitos científicos ou sistematizados, que são conhecimentos adquiridos por meio do ensino sistemático, em sala de aula. Ele afirma que os dois se relacionam e se influenciam constantemente, pois, ao longo do processo de desenvolvimento, o sujeito internaliza conceitos espontâneos e científicos. Vygotsky (1998, p. 74) chama esse processo de internalização, no qual a reconstrução *interna* acontece com base em uma operação externa.

Conclui-se que as respostas consideradas justapostas evidenciam um processo de elaboração pelos participantes sobre a concepção de deficiência. Provavelmente, eles encontram-se em fase de transição e fixação do conceito de deficiência.

Por fim, ao analisar as concepções de deficiência dadas pelos discentes, nota-se uma alta concordância entre 46% dos discentes entrevistados, voltada ao viés biológico. Percebe-se, também, que, mesmo com o avanço nos estudos e nos debates sobre deficiência, 8% dos discentes entrevistados ainda enxergam a deficiência como uma condição, pelo viés metafísico, enquanto 23% dos entrevistados conseguiram superar as concepções metafísica e biológica, trazendo respostas com características da concepção social; outros 23% ficaram na categoria de concepção justaposta, por ainda estarem construindo seu entendimento deste assunto.

Formação inicial docente

Ao serem questionados sobre a importância de se estudar sobre educação especial no curso de Pedagogia, os estudantes evidenciaram a necessidade de estudar sobre esse tema. Estas respostas de Maria e Eva apresentam essa perspectiva:

É de suma importância a presença da disciplina de educação inclusiva no currículo de pedagogia porque futuramente nós seremos profissionais da educação. E existem muitas mazelas ainda em relação à sala de aula com a educação inclusiva, tanto pela falta de formação continuada quanto pelo pouco contato que a pessoa teve com a disciplina ou até mesmo com estágio não supervisionado. Às vezes essa falta de contato acaba te

trazendo um certo tipo de estranheza e preconceito. Então é preciso quebrar esse paradigma. **(Maria, 5° eixo)**

Nossa, eu acho de extrema importância, tanto no ensino superior como no ensino fundamental e na educação infantil. Por que... É, depois que as pessoas com deficiência adentraram na... nas escolas, a gente vê o quão é dificultoso, porque mesmo com as crianças... as crianças, adolescente, e... jovens dentro do ensino, a gente fala 'a educação inclusiva'.. mas a gente vê que não tá sendo realmente inclusiva porque ainda existem muitas dificuldades, muitas barreiras que impedem essas pessoas de realmente aprenderem. **(Eva, 4° eixo)**

A educação especial e a educação inclusiva começaram a se formar em meados da década de 1960, visando minimizar a exclusão e as barreiras impostas aos deficientes. A educação especial refere-se a uma modalidade de ensino. Segundo Bueno (2004), a educação especial é a referência basilar no esforço depreendido pela sociedade moderna em proporcionar educação especializada compatível às necessidades de crianças portadoras de deficiências. Por outro lado, a educação inclusiva nos ensina a conviver com as diferenças num contexto geral, pois, visando garantir o direito de todos de ter as mesmas oportunidades, são criados métodos para fazer todos se sentirem pertencentes, independentemente de suas diferenças. Sobre isso, Martins, Silva e Sachinski (2020, p. 14) notam que a educação inclusiva e a educação especial são cátedras distintas, não caracterizadas como modalidades, mas, sim, procedimentos metodológicos dentro da educação básica.

De acordo com as participantes, por mais que a disciplina Educação Especial seja ofertada no curso de Licenciatura em Pedagogia, ainda é possível notar certa fragilidade e insuficiência no que toca a abordagem deste assunto na formação do pedagogo.

Diante desse panorama, as estudantes entrevistadas ressaltaram a necessidade de uma formação inicial sólida e qualificada nos cursos de Pedagogia, a fim de garantir uma capacitação que prepare os futuros educadores para elaborar adaptações curriculares e de linguagem que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência, sem prejudicar suas aprendizagens.

Foi muito salientado nas respostas o déficit presente na formação dos professores pela falta de prática e por conta da carga

horária insuficiente da disciplina de Educação Inclusiva ofertada. Como aparece nas respostas de Lais e Bia:

[...] a carga horária que dispõe a disciplina Educação Inclusiva, ela tem um tempo, assim... surreal pra tá... pra tratar na totalidade o assunto. Primeiro que, é... essa disciplina às vezes aborda mais a questão legislativa, não que não seja importante, mas a gente sabe que a prática é muito diferente da teoria, né? Então, não aborda, não aborda mesmo. A gente sai de lá com um pensamento sobre, mas quando chega na prática é algo totalmente diferente. Então, os alunos de pedagogia, se querem conhecer melhor sobre o assunto, sobre a discussão, precisam correr atrás das informações, sozinhos. **(Lais, 8° eixo)**

Pelo menos no meu caso essa disciplina foi abordada de maneira muito superficial, né... Além da... do professor não ter tido empenho, a carga horária da disciplina é muito pouca, né... E essa disciplina ela é muito ampla, então... mesmo que o professor quisesse, ele também não teria como... é... abordar certos assuntos de forma aprofundada, né [...]. **(Bia, 6° eixo)**

Os participantes também destacaram a falta de um estágio supervisionado com o público-alvo da educação especial na grade curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, como aparece nas respostas de Marta e Maria:

[...] muitas vezes a gente se depara com profissionais da área que não tiveram contato, que não tiveram nem... nem... nem iniciação sobre nada, e eles apresentam muita dificuldade na hora que se deparam com alguém que precisa de um auxílio necessário né. **(Marta, 7° eixo)**

[...] por isso seria muito importante a presença do estágio supervisionado, ou até mesmo o próprio contato com o estágio não supervisionado, pra poder ter aquele contato com a realidade, sabe. A prática pedagógica entra nessa perspectiva, a gente tem a teoria, mas aliada à prática a gente acaba aprendendo mais. **(Maria, 5° eixo)**

Na perspectiva dos participantes, o curso não oportuniza aos estudantes um primeiro contato direto com o PAEE. A ausência

dessa prática prejudica a atuação docente, pois muitas vezes o professor não sabe como lidar com o público-alvo por não ter tido esse contato na sua formação.

No Projeto Político Pedagógico de Pedagogia (PPP) de 2010, que está em vigor no curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), consta a seguinte caracterização das disciplinas Educação Inclusiva e Libras, que compõem o Eixo 3, titulado Educação Inclusiva e Diversidade:

Educação Especial e Inclusiva. Centra-se na reflexão das bases políticas, filosóficas, sociológicas, históricas e pedagógicas da Inclusão enquanto princípio educacional.

B) Referente a Libras: LIBRAS. Centra-se na reflexão/prática da LIBRAS como língua natural dos surdos, o bilinguismo na educação dos surdos, a especificidade na ação pedagógica no processo ensino/aprendizagem de pessoas surdas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2010, p. 110)

É possível verificar no programa da disciplina Educação Inclusiva o caráter instrumental que envolve este componente curricular. No decorrer de suas 68 horas de carga horária total, são abordados conteúdos programáticos relacionados à trajetória histórica e política da Educação Inclusiva, a reflexão da formação docente e a discussão com os discentes acerca do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como a percepção das principais características das deficiências, do transtorno do espectro autista e da superdotação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2010)

Ao analisar a matriz curricular delineada no mencionado PPP, atestou-se que a educação especial não é profusamente abordada na formação inicial dos docentes, sendo que, das 48 disciplinas ofertadas no curso supracitado, apenas 02 dissertam sobre a temática.

Entretanto, Deimling (2013) afirma que não basta as universidades federais oferecerem apenas disciplinas teóricas sobre educação inclusiva, visto que os entrevistados problematizaram o ensino conteudista, destacando que os professores da educação básica estão apenas preocupados em cumprir o prazo da disciplina, repassando o conteúdo de forma corrida e teórica. A ausência da articulação entre a teoria e prática deixa uma lacuna na formação

do pedagogo em relação à educação especial, de acordo com as respostas de Carla e Bia:

É... Acredito que, a... uma educação altamente conteudista que não preze pela adaptação de materiais, pela adaptação de conteúdos, pela... por uma linguagem adaptada, ela dificulta muita a aprendizagem dos alunos e se dificulta pra que as crianças alcancem realmente, os adolescentes, a independência que a educação inclusiva tá aí. Porque o papel desses professores é ensinar conteúdo, mas também poder acarretar nessas crianças, nesses jovens, a independência deles perante o mundo, sabe?! E isso é algo que tá em falta. **(Carla, 7° eixo)**

E um exemplo disso é nas salas de aula né, que não adianta o aluno é... tá lá, aí achar que... ele está sendo incluído né... Porque às vezes não tem o professor, ele não passa alguma atividade adaptada, ou até mesmo os alunos não... conseguem ter essa aproximação do... do aluno, até às vezes por falta de... de conhecimento e outros... outros motivos também. **(Bia, 6° eixo)**

Ao problematizarem a falta de práxis educacional dentro das universidades, os discentes desejam mobilizar não apenas as instituições como um todo quanto à inclusão de membros efetivos na escola, mas também os parâmetros curriculares, a adaptação de materiais, adaptação de espaço e adaptação de provas, de acordo com eles, são coisas necessárias a se pensar. Castro (2002) mostrou que os professores, de modo geral, não se sentem capacitados para receber um aluno com deficiência, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão.

Os entrevistados destacaram como indispensável para melhorar essa realidade uma reformulação na formação inicial dos professores, conforme aparece na resposta de Carla:

Bom, sem dúvida, eu acredito que o aspecto que engendra outros aspectos é, sem dúvida, e é primordial, a formação dos professores. Porque se nos formos falar de facilitação, adaptação de conteúdo, adaptação de matérias, é... adaptação de linguagem é... O estudo da análise comportamental, como... e as suas metodologias e outras ciências e outros métodos, eu acredito que tudo perpassa pela formação dos professores, sem ela, os profissionais não terão acesso a... a esses... a essas

áreas que podem tá contribuindo para uma melhor, para um melhor desenvolvimento é... dessas crianças em sala de aula, sabe?! Então, é a chave, formação de professores é o aspecto primordial pra que a gente possa começar a pensar em outros aspectos. **(Carla, 7º eixo)**

O mesmo Deimling (2013) alega ser muito importante que o professor responsável pela sala regular de ensino adquira, em sua formação inicial, uma base teórica sólida sobre as diferentes áreas de atuação da educação escolar, além dos conhecimentos sobre as características do público-alvo da educação especial e seu processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, o docente poderá ser capaz, na prática, de contribuir para o sucesso no processo de aprendizagem desse aluno.

Por fim, ressaltamos que essa estrutura curricular não contempla a prática materializada no estágio docente supervisionado. Diante disso, o Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia aqui estudado apresenta limitações que comprometem a formação do futuro educador no tangente a sua formação para atuar com o público-alvo da educação especial. Este panorama, além disso, colabora para que a atuação dos futuros educadores formados nestes liceus seja insuficiente para lidar com as necessidades e demandas dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, o que colabora para um processo de inviabilização do acesso por estes grupos à uma educação de qualidade.

Concepções sobre o preconceito

Ao serem indagados sobre o preconceito, os entrevistados ressaltaram que é um fenômeno social tão enraizado, que muitas pessoas acabam propagando falas e atos preconceituosos de forma inconsciente, ou seja, sem ter a intenção de fazer ou falar algo de forma deliberada. Para Allport (1954), o preconceito é tanto uma ideia ou um conceito formado antecipadamente, não baseado em dados objetivos e motivado por hábitos de julgamentos ou generalizações apressadas, quanto um sentimento desfavorável para com alguém ou algo anterior, baseado ou não em verdadeira experiência.

Os participantes foram questionados se as crenças sociais e os valores que aprendemos influenciam na nossa forma de ver o outro. A resposta foi integralmente positiva, já que, segundo os

entrevistados, as crenças e percepções que passam de “pai pra filho” influenciam na forma de ver o mundo ao longo da vida, pois fazem parte da construção da identidade de cada indivíduo.

Para Martins (2017), o desenvolvimento do preconceito ocorre a partir de muitos fatores que operam simultaneamente, como os culturais, emocionais e ou fatores pessoais. Em suas palavras, “o processo histórico do desenvolvimento do diálogo inter-religioso demonstra o quão foi presente, e ainda persiste, o preconceito em relação à crença do Outro, sustentado, sobretudo, em relação às premissas da verdade e superioridade”. (MARTINS, 2017, p. 46)

Decorrentes dessas crenças, surge a depreciação do sujeito diferente e os estereótipos. Já a estigmatização do sujeito acontece durante a comparação de uma pessoa específica, considerada “diferente”, com um determinado grupo do “tipo ideal”, sendo este o grupo dominante. Quanto a isso, Amaral (1998) nota que estamos em busca de um sujeito com modelo pré-estabelecido e nos baseamos nisso, pelas nossas crenças e pelo grupo que fazemos parte.

Os discentes entrevistados também falaram sobre o abalo psicológico que pessoas com algum tipo de deficiência sofrem em decorrência do preconceito, e como isso compromete o convívio social desses sujeitos, que, muitas vezes, são excluídos da sociedade e acabam não vivenciando seus direitos como cidadãos, e não desfrutando de uma infância plena.

Em nossa realidade muitas pessoas usam expressões preconceituosas, presentes na cultura e transmitidas desde o nascimento em seu lar e nos diferentes meios sociais em que circulam. Os estudantes entrevistados acreditam que uma maneira de mudar essa realidade é por meio da educação, sendo necessário alumiar para as crianças desde cedo, tanto em casa quanto na escola, a respeitar a diversidade e a diferenças.

Por fim, é de suma importância engrenar com as crianças debates de temas como deficiência, diversidade, preconceito e multiculturalidade desde tenra idade. Não devemos esperar que as pessoas com deficiência se adaptem a nossa realidade, devemos criar meios para que, no dia a dia, sua condição ou especificidade física, intelectual, comportamental ou sensorial não se torne obstáculo para seu desenvolvimento cognitivo e afetivo, bem como para seu convívio social.

Considerações finais

O presente artigo trouxe um levantamento das concepções de deficiência tidas por estudantes do curso de Pedagogia e uma reflexão acerca da formação inicial no que tange a atuação na área da educação especial. A partir da compreensão discente sobre o que é deficiência, o que é preconceito e como este acontece, e como deveria acontecer a formação inicial voltada para a atuação com o público-alvo da educação especial, é possível ter uma noção do quão essas concepções podem influenciar a futura prática docente.

Após a verificação dos dados, percebemos que, mesmo em um polo contendo grande diversidade, como a universidade, o maior índice de respostas acerca da deficiência estava vinculado a uma concepção biológica desta. Assim, é urgente avaliar as práticas inclusivas que são asseguradas nesse contexto e a formação recebida no que toca a este assunto.

Quanto à formação inicial, os estudantes compreendem que deveria oferecer um conhecimento mais aprofundado sobre a educação especial, bem como destacam que a ausência de experiências concretas com o espaço escolar e com a educação do público-alvo deixa, também, uma lacuna na sua formação no que se refere à prática de ensino na área da educação especial. Deste modo, consideramos que essa é uma questão que precisa ser revista pelo curso de formação em Pedagogia, especialmente porque as novas diretrizes curriculares que regem a formação inicial docente apontam para a necessidade de oferta de estágio docente na área da educação especial.

É necessário que haja uma atenção maior para com as pessoas com deficiência dentro da sala de aula, para que estejam de fato incluídas e participem efetivamente do processo educacional. Para isso, a reformulação no currículo do curso de Pedagogia e uma ampliação das discussões sobre quem são as pessoas com deficiência dentro da comunidade universitária são imprescindíveis. Através da informação, da formação docente e do convívio com as pessoas com deficiência, será possível ressignificar a compreensão acerca da deficiência e do preconceito e garantir uma inclusão escolar de fato.

Esta inquirição permitiu conhecer como pensa um pequeno grupo de estudantes sobre temas complexos e relevantes atualmente, visto que a inclusão escolar é um dos temas que têm ocupado bastante espaço na educação e têm sido alvo de interesse social.

Neste sentido, esta pesquisa oferece uma contribuição para esta área de investigação, pois traz à baila questões importantes que compõem o tema inclusão escolar e que estão diretamente vinculadas às ações educativas voltadas ao público-alvo da educação especial. Contudo, julgamos que este é um tema que precisa de mais investigações. É importante entendermos muito mais e aprofundarmos as discussões no que tange as concepções de deficiência, preconceito e formação inicial tidas por estudantes e docentes de outras licenciaturas, até mesmo de outros profissionais que atuam na educação desse público.

Referências

ALLPORT, G. *The nature of prejudice*. Reading, Mass: Addison-Wesley, 1954.

ALVES, D. S. S. Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história. *Revista Polyphonia*, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 31-44, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/43435>. Acesso em: 11 jul. 2020.

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio G. (org.). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, p. 11-30, 1998.

BALEOTTI, L. R.; OMOTE, S. A concepção de deficiência em discussão: ponto de vista de docentes de Terapia Ocupacional. *Cadernos de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 71-78, 2014. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/586>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Brasília: CNS, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BUENO, J. G. S. *Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. 2. ed. São Paulo: PUC/SP-EDUC, 2004. 187 p.

CARTOLANO, M. T. P. Formação do educador no curso de Pedagogia. A educação especial. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 19, n. 46, set.1998.

CASTRO, S. F. *A representação social de professores de alunos incluídos em rede regular de ensino*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial na área da Deficiência Mental) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2002.

DEIMLING, N. N. M. A educação especial nos cursos de pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 238-249, 2013. Disponível

em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2013.173.08/3815>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 89 p. (Coleção Primeiros Passos, 1).

FIGUEIRÓ, R. F. S. *O paraplégico no mercado de trabalho – a percepção dos trabalhadores sem deficiência motora: contribuições da enfermagem para a equipe multidisciplinar*. 2007. 187 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=171539. Acesso em 17 jun. 2020.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, M. N. C. *A Inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras: um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho*. 2007. 314 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/CSPO-72UKVU>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GAUTHIER, C. *Por uma teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Ijuí: Unijuí, 1998. 480 p.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 557 – 566, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/PhdsqyL5T8fRwTp9JD3T6M/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 22 jun. 2020.

LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 432-441. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/154630>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MARTINS, J. A.; SILVA, R.; SACHINSKI, I. Educação especial e educação inclusiva: quem são estes sujeitos na sociedade? In: SIMPÓSIO DE PESQUISA, 8., 2020, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: FAE, 2020. p. 10–24. Disponível em: <https://sppaic.fae.emnuvens.com.br/sppaic/article/view/104/108>. Acesso em: 13 dez. 2020.

MARTINS, A. C. R. A origem do preconceito em Allport como obstáculo ao diálogo inter-religioso. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 45-64, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26977>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 80 p.

MOREIRA, M. H. B. Uma análise do serviço de ensino itinerante de apoio pedagógico a inclusão escolar na rede municipal de Araraquara.

2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90323>. Acesso em: 12 jul. 2020.

NAUJORKS, M. I.; NUNES SOBRINHO, F. P. (org.). *Pesquisa em Educação Especial: o desafio da qualificação*. Bauru: Edusc, 2001.

OLIVEIRA, A. A. S. O conceito de deficiência em discussão: representações sociais de professores especializados. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Corumbá, v. 10, n. 1, p. 59-74, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65382004000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2020.

PLETSCH, M. D. Educação especial e inclusão escolar nos planos municipais de educação da baixada fluminense: avanços, contradições e perspectivas. *Comunicações*, Piracicaba, v. 23, n. 3, p. 81-93, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2951/1849>. Acesso em: 22 ago. 2020.

POKER, R. B.; MARTINS, S. E. S. O.; GIROTO, C. R. M. (org.). *Educação inclusiva: em foco a formação de professores*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2016. p 198. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-inclusiva_ebook.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E. (org.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09520520042012Pratica_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002. 325 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*. Belém: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará, 2010. Disponível em: <http://faed.ufpa.br/arquivos/Acad%C3%AAmico2/PPCPedagogia.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 191 p.

VYGOTSKY, L. S. *Obras escogidas – V: fundamentos de defectología*. Madrid: Visor, 1997. 395 p.

Submetido em: 18/06/2021
Aprovado em: 23/11/2022